

## **ANÁLISE INTERSECCIONAL ENTRE AS VARIÁVEIS CLASSE, GÊNERO E RAÇA A PARTIR DE UMA PESQUISA QUANTITATIVA SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA**

**Claudyanne Rodrigues de Almeida** – IFMT Campus Rondonópolis

[claudyanne.almeida@roo.ifmt.edu.br](mailto:claudyanne.almeida@roo.ifmt.edu.br)

**Karina Andrea Tarca** - IFMT Campus Rondonópolis

[karinatarca@gmail.com](mailto:karinatarca@gmail.com)

**Higor Henrique Carvalho Oliveira** - IFMT Campus Rondonópolis

[higoroliveira142002@gmail.com](mailto:higoroliveira142002@gmail.com)

**Maysa Nunes Barbosa Vilela** - IFMT Campus Rondonópolis

[maysamnb2000@gmail.com](mailto:maysamnb2000@gmail.com)

**Carlos Daniel Sirqueira Santos** - IFMT Campus Rondonópolis

[carlos.sirqueira@outlook.com](mailto:carlos.sirqueira@outlook.com)

**Giliane Lima Leite** - IFMT Campus Rondonópolis

[gilianelima16@gmail.com](mailto:gilianelima16@gmail.com)

**Camila Santana Nunes** - IFMT Campus Rondonópolis

[camilasnunes15@gmail.com](mailto:camilasnunes15@gmail.com)

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise sociológica acerca da intersecção de dados entre as variáveis de classe, gênero e raça trazidas no âmbito da pesquisa quantitativa denominada “Percepção social sobre democracia, cidadania e direitos humanos em Rondonópolis-MT”, realizada por professores e alunos do IFMT, da mesma cidade.

Esta pesquisa, que vem sendo realizada desde 2017, objetivou medir a percepção dos moradores deste município acerca destes temas políticos, através do levantamento de dados via aplicação de questionário, com vistas a serem utilizados tanto para fins pedagógicos quanto analíticos. Diante das diversas informações trazidas pela pesquisa, optamos por apresentar neste artigo uma análise dos dados de classe, gênero e raça, cruzados com alguns dados de percepção política registrados na pesquisa. O conceito de interseccionalidade, como vem sendo utilizado na teoria sociológica, demonstrou-se relevante para pensá-las, como colocado por alguns autores e no que tange às análises sobre ideologias políticas, desigualdades sociais, modos de discriminação e efetivação dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Percepção Política, Interseccionalidade, Classe, Gênero, Raça.

### **Abstract**

The This article has the objective to present a Sociological Analysis about the intersection of data between class, gender and race brought in the scope of the quantitative research called "Social perception on democracy, citizenship and human rights in Rondonópolis - MT, made by professors and students from IFMT, the same city. This research, wish has been held since 2017, aimed to measure the perception of the residents of this city about these political issues, by collecting data through the application of a questionnaire, with a view to being used as pedagogical purposes as reflexive. In view of the information brought by the research, in this article we choose to present a data analysis from class, gender and color, with some data of political perception recorded in the research. The concept of intersectionality, as it has been used in the sociology theory, has been shown to be relevant to think of them, as placed by the authors and regarding the analysis of political ideologies, social inequalities, ways of discrimination and the realization of human rights.

**Keyword:** Political perceptions, Intersectionality, Class, Gender, Race.

## INTRODUÇÃO

Pesquisar percepções políticas não se faz tarefa fácil, porém necessária, visto o número limitado de pesquisas em âmbito local, em cidades como Rondonópolis-MT, que não constituem capital do estado. Ainda mais se o objetivo é trabalhar conceitos e teorias sociológicas por meio da pesquisa com alunos de Ensino Médio, buscando modos de aproximar mais a teoria da prática, para além do que é possível perceber estudando os conteúdos em sala de aula (SOARES, 2017).

Com este objetivo, nós professoras da disciplina, idealizamos a pesquisa “Percepção social sobre democracia, cidadania e direitos humanos em Rondonópolis-MT”. O projeto começou no ano de 2017 e teve por objetivo investigar, através do método sociológico quantitativo, as percepções sociais dos moradores sobre temas como democracia, cidadania e direitos humanos, além de outras questões relacionadas ao peculiar contexto político brasileiro atual.

Deste modo, esse artigo visa apresentar alguns dados e reflexões acerca dos cruzamentos que obtivemos entre posicionamentos e percepções políticas relativas à estas variáveis para o contexto dessa cidade. As variáveis de *classe*, *gênero* e *raça* assumem significados muito importantes nas pesquisas sociológicas. Tais categorias indicam modos de hierarquização e classificação social, funcionando como variáveis decisivas para pensar os padrões de estratificação e desigualdades sociais (AGUIAR, 2007). Assim, conseguimos refletir sobre os modos de estruturação das relações de poder e desigualdades historicamente construídas no âmbito da sociedade. Por meio destas investigações, podemos refletir sobre as formas de discriminação assumidas no cotidiano e que, de modos variados, organizam as experiências dos indivíduos e dos grupos.

Nesse sentido, é importante indicarmos que os trabalhos sociológicos mais recentes têm discutido e buscado demonstrar que as formas de estratificação social informadas por estas categorias não funcionam “isoladamente”, mas, pelo contrário, encontram-se intimamente sobrepostas nas experiências dos indivíduos, reforçando umas às outras e hierarquizando-se de maneiras complexas. Tais questões têm sido descritos nas Ciências Sociais pelo conceito de *interseccionalidade*.

Segundo o sociólogo Anthony Giddens, o conceito de *interseccionalidade* na Sociologia significa o “entrecruzamento de desigualdades sociais, incluindo classe,

raça/etnia, gênero, deficiência e sexualidade, que gera padrões mais complexos de discriminação do que se esses conceitos fossem dimensionados isoladamente” (2017, p. 153).

Logo, o conceito de *interseccionalidade* tem se tornado uma referência conceitual no campo das pesquisas sociais na medida em que sinaliza investigar como as variadas formas de exclusão e discriminação se coadunam na experiência de diversos grupos sociais, ou seja, sobrepõem-se, não podendo ser reduzidas a uma única categoria descritiva destes grupos. Assim, pode-se demonstrar que as formas de opressão são muito mais complexas do que inicialmente podem parecer. No Brasil, as pesquisas sociológicas têm cada vez mais assumido esse ponto de vista, ao revelar através dos estudos e pesquisas como a que realizamos em Rondonópolis, como as questões de classe social não se encontram apartadas das questões de gênero, assim como as de raça e cor dos indivíduos (HIRATA, 2014).

Relacionada a esta questão insere-se também os fenômenos contemporâneos relativos às diversas demandas por reconhecimento de identidades sociais, que colocam em cena novos olhares sobre as relações entre “igualdade e diferença”, e sua importância para os discursos reivindicatórios. De acordo com Silva e Reis:

[...] as tensões e contradições introduzidas nas disputas políticas concretas por esse novo enquadramento simultâneo da igualdade e da diferença constituem rico material de análise para a sociologia política. Por sua vez, a relevância das análises reside na capacidade de lançar luz sobre as implicações de possíveis resoluções empíricas de tais tensões e contradições. (*apud* REIS, 2015, p. 35)

Essas novas formas de se conceber as relações existentes entre as categorias sociais levam, portanto, a novos questionamentos sobre os impasses políticos presentes na contemporaneidade no que se refere à construção das identidades sociais e as reivindicações políticas. Por isso, pesquisas empíricas que buscam refletir sobre o modo como essas relações estão colocadas em contextos específicos se tornam tão importantes, especialmente no tocante ao Brasil, onde o racismo, a desigualdade social e a violência de gênero ainda são tão fortemente presentes na realidade do país.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se baseou na aplicação de métodos tradicionais das Ciências Sociais como a pesquisa bibliográfica e o método quantitativo pelo uso do questionário (GIL, 2011). Cabe salientar, entretanto, que a pesquisa foi traçada buscando incluir a participação ativa dos alunos de Ensino Médio da disciplina de Sociologia, tendo por objetivo inovar práticas pedagógicas e incluir a busca pela interdisciplinaridade como metodologia do projeto. Os alunos estiveram envolvidos tanto como protagonistas da fase de trabalho de campo quanto participantes das fases de análise dos dados, o que resultou, em nosso ponto de vista, em processos positivos de ensino e aprendizagem de conteúdos e nos permitiu refletir sobre a construção e a aplicação da metodologia da pesquisa no ensino de Sociologia (SOARES, 2017).

O projeto esteve vinculado aos editais de pesquisa científico do IFMT com apoio da CAPES, e foi executado de forma interdisciplinar por professores de Sociologia, Matemática e Informática. A pesquisa, assim, baseou-se na aplicação do questionário quantitativo contendo trinta e nove questões objetivas de múltipla escolha, medindo variáveis independentes como gênero, idade, escolaridade, classe social, cor/raça dos entrevistados e variáveis dependentes que buscaram medir suas percepções e posicionamentos políticos.

A construção do questionário teve por base referenciais teórico-metodológicos da área: autores como Marconi e Lakatos (2010), Gil (2011) e Chizzoti (2001) nos apresentam discussões importantes no que tange o campo da metodologia da pesquisa social. Também buscamos relacionar com abordagens utilizadas em pesquisas semelhantes, assim como em reformulações metodológicas introduzidas a partir de nossas experiências de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema, realizadas de modo preliminar no âmbito do IFMT de Rondonópolis (anos de 2015 e 2016).

A amostragem utilizada na pesquisa, para o município de Rondonópolis, teve por referência o último censo IBGE (2010). Para o universo total de 195.476 habitantes, obtivemos a unidade amostral de 1,56% da população (ou 1.255 questionários). A validade da amostra se baseou no método amostral casual a partir de intervalos fixos (LEVIN, 1977), de forma que os alunos foram orientados a utilizar a técnica de “varredura”, aplicando o questionário em duas casas por quadra nos bairros urbanos e uma zona rural do município. Julgamos que esta técnica pareceu a mais adequada,

tendo em vista nossas possibilidades de pesquisa. Destaca-se ainda a preocupação que tivemos em selecionar e diversificar os bairros pesquisados de acordo com as diferenças socioeconômicas observadas no espaço da cidade.

Com a fase do trabalho de campo finalizada, passamos para a fase de tabulação dos dados e as formulações estatísticas, realizando cruzamentos entre variáveis e a construção dos gráficos. Os alunos tiveram participação ativa em todos os processos da pesquisa e, sob orientação dos professores, digitalizaram todas as informações em formato de banco de dados, utilizando para isso o programa de planilhas *Microsoft Excel 2010* e num formulário disponível no *Google Drive*. Foram elaborados mais de *duzentos gráficos entre cruzamentos das variáveis pesquisadas*, uma quantidade de dados significativa e de relevante potencial analítico. A intenção da pesquisa foi direcionar os resultados tanto pra seu uso didático e educativo quanto científico, tornando-os públicos e acessíveis à comunidade do IFMT, prefeitura municipal ou demais instituições interessadas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa, de caráter exploratória, teve por objetivo investigar o nível de informação e as percepções sociais dos moradores de Rondonópolis a respeito dos conceitos políticos da nossa sociedade e, também, as tendências ideológicas manifestadas por eles em relação aos principais problemas e discursos políticos debatidos no contexto brasileiro. Para tanto, a pesquisa acionou um conjunto de conceitos sociológicos julgados relevantes para obter essas informações e basear análises sobre as diferenças entre as tendências e percepções sociais averiguadas.

Deste modo, primeiramente, a pesquisa incluiu na investigação as principais categorias que buscam registrar o perfil sociológico dos entrevistados: as variáveis independentes da pesquisa. Assim, foram pesquisados os dados a respeito do gênero, idade, escolaridade, renda, raça/etnia e se se consideravam parte de minoria social. Em relação à questão sobre se *considerar* minoria social, os entrevistados que responderam *sim* foram direcionados a responder *qual minoria* se consideravam pertencentes. Para debater tais questões e identificar os significados dos conceitos políticos utilizados na pesquisa, tais como Democracia, Cidadania, Direitos Humanos, Ideologias Políticas, Esquerda e Direita, Liberalismo, Neoliberalismo, Social-

Democracia, Socialismo, entre outros, buscamos referências descritivas tradicionais utilizadas na área das Ciências Sociais (BRYM *et al.*, 2010; GIDDENS, 2005, 2017; BOBBIO, 1998; HEYWOOD, 2010; BOUDON & BOURRICARD, 1993).

Ainda, sublinhamos que, nesta pesquisa, buscamos ir de encontro à literatura sociológica que sublinha a importância de tratarmos estes conceitos de maneira *empírica e relacional*, a partir de contextos específicos (BOURDIEU, 1997). Tomando como ponto de partida a comparação entre os dados que obtivemos, especialmente no que tange as categorias de classe, gênero e raça/etnia na pesquisa, verificamos que as considerações teóricas proporcionadas pelos enfoques interseccionais nos pareceram bastante elucidativos, considerados também os trabalhos teóricos que tratam dos problemas históricos da democracia e da cidadania no Brasil.

Nesse sentido, podemos apontar que uma das contribuições mais interessantes das teorias da *interseccionalidade* diz respeito à necessidade de se perceber a *multidimensionalidade* das formas de produção das desigualdades e discriminações sociais. Isto é, reconhecer que as formas de classificação e estigmatização não funcionam de maneiras “estanques” na realidade, mas sim de formas interrelacionadas, o que nos permite compreender, por exemplo, o porquê mulheres brancas trabalhadoras, em geral, tendem a não sofrer os mesmos preconceitos que mulheres negras trabalhadoras, assim como homens homossexuais brancos se comparados a homens homossexuais negros (AGUIAR, 2007; HIRATA, 2014).

Portanto, as pesquisas sociológicas vêm cada vez mais compreendendo que marcadores como de classe, gênero e raça são “consustanciais” umas às outras, assim como outras categorias, a depender do grupo social, seja a partir da intersecção de padrões estéticos, religiosos, étnicos ou mesmo de origem com a classe social, o gênero e a raça/cor (HIRATA, 2014).

Assim, pode-se afirmar que as teorias da interseccionalidade, especialmente a partir da década de 1990, têm introduzido renovações nas formas de se pensar as hierarquias sociais e as questões de poder na sociedade. Tendo uma de suas vertentes originais no interior do movimento de crítica das feministas negras na Europa em relação à perspectiva “universalista” da experiência de discriminação das feministas brancas de classe média, no final dos anos 70, os enfoques da interseccionalidade têm colocado em cheque, por exemplo, a interpretação

hegemônica pela qual, pelos menos após Marx, passaram a considerar a classe social como a *principal* força motivadora e explicativa das desigualdades sociais, inclusive, relacionadas à identidade das demandas e discursos dos movimentos sociais (AGUIAR, 2007; REIS, 2015).

Deste modo, os enfoques mais atuais vêm buscando ampliar o quadro e o entendimento dos referenciais explicativos para os problemas da discriminação, da exclusão e da desigualdade social enfrentados pelas sociedades contemporâneas e, especialmente, no tocante ao Brasil, onde diversas formas de opressão, violência e discriminação persistem como heranças advindas do passado escravagista, colonial e patriarcal (CARVALHO, 2008).

Quanto mais complexa as sociedades se tornam, haja vistas os movimentos de migração, concentração de renda, precarização do trabalho, avanço das tecnologias e mudanças nos valores sociais, mais proeminentes se tornam as explicações à respeito dos mecanismos em que repousam as desigualdades e as diferenças sociais, assim como encontrar soluções para os desafios que repousam na efetivação dos direitos humanos, da cidadania e dos valores da democracia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foi possível observar, a partir dos resultados encontrados para as variáveis independentes pesquisadas, algumas tendências diferentes entre as percepções políticas dos entrevistados no contexto de sobreposição interseccional considerando classe social, gênero e raça/etnia, conforme tabela 1.

O primeiro dado que podemos apresentar é em relação ao cruzamento obtido para as percepções de classe e gênero com ideologias ou projetos políticos. A questão buscou averiguar se os entrevistados diziam saber ou não a diferença existente entre os projetos políticos defendidos pelo liberalismo/neoliberalismo, a socialdemocracia e o socialismo. Apenas 34% dos entrevistados da dita “classe E” (renda abaixo de 1 salário mínimo) disseram saber distinguir esses projetos, em contraste com 64% da “classe A” (acima de 15 salários mínimos). Em relação aos gêneros, 44% das mulheres disseram saber a diferença para 46% dos homens, porém o dado para “outros” (Trans, Intersex ou não binário) foi bem diferente: somente 29%, que também são os mais excluídos no quesito escolaridade, segundo nossa pesquisa. Esses dados mostram ainda a

preponderância do desconhecimento político em geral, que remete reflexão a respeito da efetivação dos direitos políticos e sociais em nosso país, principalmente em relação as categorias historicamente inferiorizadas de classe, gênero e raça. Podemos ainda relacionar estes dados às proposições da socióloga Elisa Reis, estudiosa da questão da desigualdade social no Brasil, que diz que “a pobreza extrema, em combinação com a desigualdade, gera uma espécie de identidade social restritiva, alienada da esfera política” (REIS, 1998, p. 274).

Tabela 1: PRINCIPAIS RESULTADOS INTERSECCIONAIS

	Classe	Raça	Gênero
Não sabem o que são os direitos humanos	Classe “A” – 4% Classe “E” – 23%	Branco – 7% Negro – 14%	Homens – 10% Mulheres – 10%
Direitos humanos asseguram a vida digna e igualdade			Homens – 61% Mulheres – 76%
Direitos humanos beneficiam preguiçosos e criminosos			Homens – 29% Mulheres – 14%
A igualdade é mais importante que o crescimento econômico	Classe “A” – 27% Classe “E” – 57%	Branco – 57% Negro – 65%	Homens – 55% Mulheres – 62%
Analfabetismo	Classe “A” - 0% Classe “E” - 26%	Branco - 14% Negro - 48%	Homens- 5,51% Mulheres-4,66%
Ensino Superior	Classe “A” - 6,45% Classe “E” - 1,34%	Branco - 44% Negro - 14%	Homens - 30,81% Mulheres - 31,95%
Renda maior que 15 salários			Homens - 5,34% Mulheres - 3,33%

Fonte: Autoria própria, 2019

Deste modo, para a autora, o *apartheid* social configura variável central para a explicação da atrofia da esfera pública brasileira e das dificuldades que os setores mais pobres têm para construir uma identidade política, o que estabelece profundos efeitos negativos sobre a efetivação da democracia.

Por outro lado, quando se trata de algo mais “prático”, ou seja, mais próximo do cotidiano, o conhecimento dessa população se sobressai, como na questão sobre programas sociais. Analisando a percepção dos entrevistados “classe E” cruzados com o “gênero feminino” e com a categoria “negros” para raça, relativo ao apoio aos programas sociais, percebe-se maior porcentagem para estas categorias e, também, para os de “renda mais baixa”, os que se identificam como “minorias sociais” e aqueles

que se declaram “homossexuais”, comparados aos que se declararam “homens”, de “renda mais alta”, “brancos” e “heterossexuais”. A propósito das diferenças de percepção que obtivemos pelo recorte de *renda*, apontamos que Giddens (2017, p. 152) ressalta que *classe* ainda constitui a “principal forma de desigualdade a influenciar as oportunidades de vida dos indivíduos”. Quando analisamos o cruzamento entre “classe” e “escolaridade”, pudemos estabelecer relação com a consideração do autor, além dos cruzamentos a seguir, em que trazemos outros dados da pesquisa:

Esses dados que nossa pesquisa registrou, portanto, corroboram àquilo que os autores citados acima no artigo ressaltam sobre a relevância do enfoque da *interseccionalidade* para refletir sobre a reprodução das desigualdades, visualizando as três categorias de classe, gênero e raça como àquelas em que obtivemos as maiores porcentagens para efeitos de diferenças de percepção e desconhecimento político.

Quanto às pessoas que se consideraram “minorias sociais”, ressaltamos que àqueles que marcaram “pobre” na questão também assinalaram em maioria a categoria “negro” para cor. E relativo às “minorias sociais que mais sofrem violência na região”, obtivemos 27% dos entrevistados assinalando os grupos *negros*, seguido por *LGBT+*, com 25,3%, depois *pobres*, com 22,3%, e *mulheres*, com 8,9%. O restante dividiu-se entre *pessoas com deficiências*, *indígenas* e *outros*.

Ainda concluindo o recorte para “classe social”, ressaltamos a interseccionalidade com a questão da raça: 40% dos entrevistados declarados entre a “classe E” marcaram *negro* como o grupo que mais sofre preconceito, uma diferença significativa em relação à média obtida para os outros grupos, especialmente os que se declaram “brancos”. Deste modo, verificamos para o contexto do município de Rondonópolis as interconexões entre classe, gênero e raça/etnia no Brasil, demarcando a população negra como um dos setores mais pobres e mais discriminados, segundo nossa pesquisa. Questões que a pesquisa registrou, em escala local, àquilo que se configura como os processos históricos hegemônicos de exclusão social e política mais amplos no Brasil (CARVALHO, 2008; SOUZA, 2005).

## CONCLUSÃO

Apresentado alguns resultados da nossa pesquisa, podemos dizer que nossos dados dialogam com a perspectiva da *interseccionalidade*. Conseguimos visualizar que as

relações entre as variáveis *classe*, *gênero* e *raça* se estabelecem, o que não quer dizer que essas relações sejam simétricas e análogas, mas ao contrário, se manifestam como tendências complexas a partir de determinados recortes. Dessa forma, por exemplo, percebemos prevalência de menor conhecimento e acesso aos direitos especialmente para os cruzamentos entre *classe* e *raça*, do que em relação à *gênero* e *escolaridade*.

Em relação a variável *gênero*, verificamos diferenças significativas entre as percepções e posicionamentos entre homens e mulheres, verificando que entre as “mulheres” se estabeleceu uma clara tendência de se efetivar opiniões e posicionamentos mais “progressistas” e à “esquerda”, do que em relação aos homens, que demonstraram ser mais de “direita” e “conservadores”, inclusive em relação a pautas específicas, como redução da maioridade penal, porte de armas, etc. Tal diferença não se estabeleceu e não se explicou pelo viés da *escolaridade*, nesse sentido. Porém, quando se faz a intersecção da *escolaridade* com *renda* e *gênero*, os dados confirmam as hipóteses e tendências de pesquisas nacionais que demonstram ainda a existência de diferenças de renda entre homens e mulheres, como em relação ao salário, em que homens ganham mais do que mulheres.

Em se tratando de *escolaridade*, ainda verificamos na pesquisa que o padrão de escolaridade entre os gêneros masculino e feminino são muito parecidos, com uma ligeira tendência de haver mais mulheres cursando o ensino superior. Todavia, para “outros”, verificamos que estes formam o maior grupo auto-declarado de “analfabetos” e que se encontram menos incluídos no nível superior. Como buscamos demonstrar na tabela acima, os cruzamentos feitos a partir das categorias de gênero, classe e raça mostram o quanto eles são determinantes para as percepções e posicionamentos políticos.

Nesse sentido, ressaltamos que a autora do conceito de *interseccionalidade*, a professora de Direito e ativista pelos Direitos Humanos Kimberlé Crenshaw (2004), também não deixou de nos alertar para a “invisibilidade interseccional”, ou seja, a negação na realidade de que tais relações intercruzadas de opressão de fato existam, e marcam os grupos de maneiras diferentes.

Desta forma, concluímos refletindo sobre a importância que pesquisas como esta, que buscamos apresentar, têm para interpelar tais realidades. Especialmente no que toca o

âmbito dos nossos cotidianos, o que nos motivou a realizá-la para o contexto de nossa cidade, Rondonópolis, onde uma suposta ideologia do “progresso” se faz muito presente, por ser esta cidade a terceira maior do estado de Mato Grosso, destacando-se pela economia do agronegócio, o atual desenvolvimento industrial e uma certa identidade construída em torno do ideal do homem “sulista colonizador” (branco). Problematizar a partir de dados empíricos tais contextos ainda se faz material escasso, por isso buscamos destacar os resultados de nossa pesquisa e lembrar que a autora citada afirma que “a *interseccionalidade* oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam efetivamente inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2004, p.16).

Por conseguinte, em se tratando da questão das percepções políticas, como observa o sociólogo Fábio Wanderley Reis, quando há uma grande desigualdade social isto significa que “indivíduos estarão controlando quantidades muito desiguais de recursos, gerando por isso um desequilíbrio privado de poder que tornará problemático o exercício efetivo dos direitos políticos e civis” (REIS, F. p. 12). Assim, conscientização política está diretamente relacionada às práticas de inclusão e exclusão na sociedade, seja de classe, raça ou gênero, ou seja, tais desigualdades fundam evidentes efeitos negativos sobre a democracia. Como ressalta, por outro ângulo, a socióloga Elisa Reis:

“Os níveis extremados de pobreza e desigualdade no Brasil impedem o surgimento, entre os mais pobres, de um sentimento de pertencimento a uma comunidade política e, por conseguinte, um afastamento em relação as questões públicas. Cidadania e democracia são, para esses setores, palavras e realidades desprovidas de significado”. (1998, p. 206).

Portanto, a experiência de ir à campo e visualizar tais relações de forma empírica, resultam na ampliação de percepção sobre as desigualdades e diferenças que, infelizmente, resistem naturalizadas e se combinam para determinar as condições de vida dos cidadãos. Dessa forma, consideramos irrefutável não se reconhecer as formas de segregação e estratificação social existentes, na qual, tanto nos nossos âmbitos locais, como na cidade de Rondonópolis, quanto na sociedade brasileira como um todo, persistem de maneiras gritantes. Por isso, torna-se tão importante ampliar a conscientização política, visando que tais questões um dia possa ser ao menos minimizadas.

Neste sentido, torna-se muito importante o reconhecimento deste processo, que só será legitimado a partir de uma efetiva formação humana orientada para pensar o coletivo e alicerçada no respeito aos Direitos Humanos, deixando de lado o foco exclusivo nas disputas por interesses privados. Ademais, buscamos demonstrar como as variáveis *classe*, *gênero*, *raça* são categorias conjuntas que designam e reafirmam hierarquizações, originando processos de exclusão e discriminação sobrepostas. Concluimos, assim, que é indubitável aplicar um olhar interseccional para os conflitos sociais presentes na contemporaneidade, principalmente com a emergência de novos questionamentos políticos que impulsionam movimentos que clamam por suas identidades e reconhecimento social, no qual estas três categorias são tão importantes.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos órgãos financiadores dessa pesquisa nas 3 versões desde 2016: CNPq, CAPES, PROPES-IFMT e FAPEMAT. Também agradecemos especialmente a todo o grupo que colaborou com o trabalho ao longo do tempo: os professores Karina Andrea Tarca, Cleber Feitos, Jorge Monsalve; os alunos bolsistas atuais Higor Henrique Carvalho Oliveira, Maysa Nunes Barbosa Vilela, Giliane Lima Leite, Camila Santana Nunes, Carlos Daniel Sirqueira Santos; os alunos bolsistas que já passaram pelo projeto Julia Oliveira Alves, Gabrielly A. S. Alves, Gilson Olegário, Vittória Helen de S. Oliveira, Vitória Pimenta, Dhulyeli Paula Silveira Silva, Jennifer O. Miranda, Julya Vetorelo da Costa, Thamires Schuster, Thiago G. V. Azevedo, Wigor José Kulpe Feitosa. Também ao tradutor do resumo Paulo Vitor Pereira Boaventura e a todos os alunos que foram a campo e realizaram este trabalho especial para a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. M. **A construção das hierarquias sociais:** classe, raça, gênero e etnicidade. In: Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36-37, ano 20, p. 83-88, 2007.
- ALVES, M. T. G. **Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo:** análise de surveys. In: Opinião Pública, Campinas, vol. 6, n. 2, p. 187-225, 2000.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11<sup>o</sup> ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOUDON, R.; BOURRIACARD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRUYN, R.; LIE, J.; HAMLIN, C. L.; [et al]. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CRENSHAW, K. A. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**.

Painel I – Cruzamento Raça e Gênero, p. 7-16, 2012. Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1533>>. Acessado em: mai. 2019.

FUKS, M. (orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2003.

GIDDENS, A; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução Claudia Freire. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

\_\_\_\_\_. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulos: Atlas, 2011.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**. Do liberalismo ao fascismo. 2 vol. São Paulo: Ática, 2010.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977.

MARKONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, D.; SOUZA, M. R.; LOPES, G. de Faria. **As percepções sobre Democracia, Cidadania e Direitos**. Opinião Pública, Campinas, v. 10, n. 2, p. 368-376, 2004.

REIS, F. W. **Democracia, igualdade e identidade**. Democracia: teoria e prática. Rio de Janeiro:

REIS, E. **Pobreza, desigualdade e identidade política**. In: REIS, E. Processos e escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dossiê: Sociologia política e processos macro-históricos**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 17, no 38, p. 18-43, 2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003802>> . Acessado em: maio. 2019.

\_\_\_\_\_. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. In: Revista de Sociologia Política. n 13, p. 201-207, 1999.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a19n13.pdf>>. Acesso em: maio. 2019.

SILVA, G.; REIS, E. The Multiple Meanings of Racial Mixing in Rio de Janeiro: From Whitening to Brazilian Negritude. In: Ethnic and Racial Studies, Vol.35, 2012. In: REIS, Elisa: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 17, no 38, jan/abr 2015, p. 18-43. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003802>>. Acesso em: maio. 2019.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: USP, 2002.

SOARES, D. G. **A pesquisa como ferramenta de ensino em sociologia**: sentidos, obstáculos e potencialidades em livros didáticos e em práticas docentes. In: Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 53, n. 2, p. 378-388, 2017.

SOUZA, J. **Raça ou Classe?** Sobre a desigualdade brasileira. In: Lua Nova, São Paulo, n. 65, p. 43-69, 2005.